



Município de Palmela

CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 14/2009:

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2009:

No dia dezassete de Junho de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, na sede da Sociedade de Instrução Musical, em Quinta do Anjo (freguesia de Quinta do Anjo), reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, presidente, encontrando-se presentes os vereadores Adília Maria Prates Candeias, José Justiniano Taboada Braz Pinto, Octávio Joaquim Coelho Machado, José Manuel Conceição Charneira, Adilo Oliveira Costa e José Carlos Matias de Sousa.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Atribuição de Apoio Financeiro às IPSS's na área da Infância – Apoio para a Época Balnear

PONTO 2 – Atribuição de Apoio Financeiro à Fundação COI para a Época Balnear

PONTO 3 – Empreitada de “Infra-estruturação da zona 1 da Lagoinha – Infra-estruturas da Lagoinha – 1.ª fase”: Aprovação de projecto e lançamento de concurso público

PONTO 4 – Empreitada de “Adaptação de Instalações para Centro de Recursos para a Juventude em Quinta do Anjo”: adjudicação da empreitada

PONTO 5 – Empreitada de “Recuperação do Edifício do Cine Teatro S. João”: adjudicação da empreitada

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro às Festas em Honra do Sagrado Coração de Jesus

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro ao Grupo Desportivo “Os Académicos” de Aqualva de Cima.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DA SR.ª PRESIDENTE:

A Sr.ª presidente saúda todos os presentes.

• **Modo de funcionamento das reuniões de Câmara** – A Sr.ª presidente explica o modo de funcionamento das reuniões de Câmara, sendo que as mesmas se dividem em três períodos distintos: *Período Antes da Ordem do Dia*, *Ordem do Dia* e *Período destinado ao Público*.

• **Semana dedicada à Freguesia de Quinta do Anjo** – A Sr.ª presidente descreve sumariamente o programa de trabalho da *Semana dedicada à Freguesia de Quinta do Anjo* que decorre de 15 a 19 do corrente mês:

. Dia 15 (segunda-feira) – No período da manhã realizaram-se reuniões internas de trabalho entre os vários serviços da Câmara Municipal para tratar de assuntos relacionados com a freguesia de Quinta do Anjo;

No período da tarde houve lugar a uma reunião de trabalho com alguns dos Srs. vereadores;

. Dia 16 (terça-feira) – Na parte da manhã efectuou-se uma reunião com o executivo da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Nesta reunião abordaram-se assuntos relacionados com a freguesia e foi feito o ponto de situação das obras que constam do plano de actividades. Seguidamente, os participantes nesta reunião visitaram diversos locais na freguesia, nomeadamente: a obra do eixo do eixo Norte/Sul na Rua 5 de Outubro, a urbanização Portais da Arrábida, a urbanização Colinas da Arrábida, a Estrada dos Cabeços Ruivos, a urbanização Casal do Monte, a Travessa Luís de Camões, o jardim de Cabanas. Visitaram ainda a Associação de Convívio;

No período da tarde houve lugar a uma reunião com a Comissão Organizadora do Concurso de Ovinos de Raça Saloia onde falaram dos planos para o próximo concurso a realizar no final do ano;

. Dia 17 (quarta-feira) – O dia iniciou-se com uma visita a duas empresas fornecedoras da Autoeuropa: Peguform e CPPM.

Houve lugar à inauguração de uma exposição evocativa da vida e da obra do Dr. António Matos Fortuna, que está patente ao público no Pólo da Biblioteca de Quinta do Anjo. Esta

exposição recebeu a visita das crianças da Escola de Quinta do Anjo que aproveitaram para partilhar trabalhos feitos por elas a propósito do Dr. Fortuna;

No período da tarde realizaram-se reuniões com as seguintes entidades: FIAPAL (Fórum da Indústria Automóvel de Palmela), ARCOLSA (Associação de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida), ADREPES (Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal) e Associação de Condóminos e Moradores das Colinas da Arrábida.

. Dia 18 (quinta-feira) – Durante o dia realizar-se-á nova reunião com o executivo da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

À noite terá lugar uma reunião com o movimento associativo da freguesia de Quinta do Anjo para discutir e partilhar os projectos relativos às várias colectividades;

. Dia 19 (sexta-feira) – A Sra. Presidente fará o atendimento dos Municípes na sede da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, a partir das 09:30 horas.

• **Festival Internacional de Jávea (Espanha)** – A Sr.^a presidente informa que a Câmara Municipal de Palmela esteve presente entre 11 e 13 de Junho no Festival Internacional de Jávea, em Espanha. Como é do conhecimento geral o Município de Palmela tem um acordo de geminação com o Município de Jávea. O Festival recebe muitos milhares de visitantes e acontece numa cidade onde residem pessoas de 85 nacionalidades. O Município de Palmela participou com um pequeno pavilhão, foi alvo de grande acolhimento, onde foram vendidos vinhos de Palmela e efectuadas provas de vinho e de moscatel.

Finaliza afirmando que todas as oportunidades devem ser aproveitadas para promover os vinhos deste concelho.

• **Iniciativa para divulgação dos vinhos e das adegas do concelho de Palmela no Festival Nacional do Vinho** – A Sr.^a presidente informa que a Câmara Municipal de Palmela participou, entre os dias 06 e 11 de Junho, na Feira Nacional do Vinho que se realizou em Santarém. Esta participação foi feita em conjunto com a Associação da Rota de Vinhos da Península da Setúbal. O pavilhão da Câmara Municipal de Palmela fez a divulgação dos vinhos e das adegas deste concelho. Estiveram presentes: a Casa Agrícola Horácio Simões, a Casa Venâncio da Costa Lima, a Adega Cooperativa de Palmela, a Casa Assis Lobo, a Adega Casal Freitas, a Adega de Maria Teresa Cardoso Caleira Roque, a Sivipa e a Sociedade Agrícola de Rio Frio. Esta iniciativa foi considerada, por

parte dos produtores ligados ao vinho, como um importante momento para valorização deste produto e para assinalar a importância que o vinho tem no concelho de Palmela.

• **Condecoração efectuada pelo Sr. Presidente da República à Dr.ª Leonor Freitas como Comendadora da Ordem de Mérito Agrícola** – A Sr.ª presidente menciona que no Dia de Portugal, 10 de Junho, foi efectuada pelo Sr. Presidente da República a condecoração à Dr.ª Leonor Freitas como Comendadora da Ordem de Mérito Agrícola. A Dr.ª Leonor Freitas merece, mais uma vez, da parte da Câmara Municipal uma saudação. Esta condecoração significa o reconhecimento pelo esforço que a Dr.ª Leonor Freitas tem empregue, mas é também um motivo de grande orgulho para a Câmara Municipal de Palmela e para a aposta que se tem vindo a fazer na produção do vinho, na actividade agrícola e na actividade económica que o vinho representa. Considera que a condecoração em causa é motivo de incentivo para os produtores de vinho deste concelho. A Autarquia vai continuar a apostar na promoção do vinho produzido no concelho de Palmela.

Afirma que a condecoração à Dr.ª Leonor Freitas é, ainda, motivo de orgulho para a comunidade deste concelho.

• **Conferência subordinada ao tema “O papel dos municípios no combate às alterações climáticas”** – A Sr.ª presidente menciona que teve lugar ontem, na Biblioteca Municipal de Palmela, uma Conferência subordinada ao tema “O papel dos municípios no combate às alterações climáticas”. Este é um tema muito importante e muito actual, nomeadamente nas sociedades onde os consumos em geral têm particular importância. Aproveita para sublinhar a participação e a intervenção brilhante que proferiu a Prof.ª Maria da Graça Carvalho, conselheira do presidente da Comissão Europeia para a Energia e Desenvolvimento Sustentável, assim como a do Prof. Eduardo de Oliveira Fernandes, presidente da Agência de Energia do Porto. São iniciativas como esta que alertam para temas que são hoje mundialmente importantes. O Município de Palmela em parceria com a ENA (Agência de Energia e Ambiente da Arrábida) não deixa de colocar na agenda local a participação e o envolvimento de personalidades nacionais.

Finaliza dizendo que a ENA está de parabéns pela iniciativa que conseguiu realizar e pela qualidade de que a mesma se revestiu.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ BRAZ PINTO:

O Sr. vereador José Braz Pinto dá as boas noites a todos os presentes na sala.

• **Condecoração efectuada pelo Sr. Presidente da República à Dr.ª Leonor Freitas como Comendadora da Ordem de Mérito Agrícola** – O Sr. vereador José Braz Pinto refere que secunda as palavras da Sr.ª presidente em relação a tudo o que proferiu relativamente à condecoração efectuada pelo Sr. Presidente da República à Dr.ª Leonor Freitas como Comendadora da Ordem de Mérito Agrícola. Os vereadores do P.S. entendem que esta condecoração é meritória para a Dr.ª Leonor Freitas e honra a pessoa em questão, mas também, honra o concelho de Palmela e os seus vinhos, além de ser um estímulo à actividade agrícola e vitivinícola que cada vez mais será o ex-líbris de Palmela.

• **Balanço ao mandato autárquico 2005 – 2009** – O Sr. vereador José Braz Pinto faz um breve balanço ao mandato autárquico 2005 – 2009 que se transcreve na íntegra:

“Este mandato, em termos de freguesia, começou pela demissão voluntária ou imposta de um presidente de Junta de Freguesia e a assumpção de outro presidente de Junta de Freguesia não eleito que não pôde estabelecer diálogo assertivo com a Câmara e com os agentes que influenciam este território. Com culpas do Poder Central é certo, mas a variante à E.N. 379 ficou por realizar. A Câmara Municipal não conseguiu impor que se construísse o troço contratualmente imposto que se cifra num encargo para a empresa Pelicano. A Rua 5 de Outubro, uma promessa que há anos a freguesia esperava que fosse cumprida, foi finalmente levada a cabo, mas a prestações e, inexplicavelmente, com sucessivos arranjos, consequência de obras que deveriam ter sido efectuadas pela Pelicano. Refiro-me à passagem hidráulica que os Vereadores Socialistas tanto reclamaram e agora, devido a um novo projecto, vai realizar-se o derrube de cerca de 100 metros de obra já feita. Isto é falta de planeamento. Gostaria de saber qual o custo parcial das obras que agora vão ser destruídas. A Rua 5 de Outubro ainda não está completa, porque não está feito o eixo Norte/Sul que irá permitir o desvio do trânsito. A execução deste eixo devia ter sido feita em tempo útil pela Pelicano. O novo projecto de inserção da Rua 5 de Outubro na estrada de Pinhal Novo / Quinta do Anjo leva a pressupor, pelo menos para os Vereadores do P.S., a quase nula circulação do trânsito na Rua 5 de Outubro na direcção de Cabanas a Azeitão. Isto faz prever que o eixo Norte/Sul vá ter um grande tráfego e estranham os Vereadores do P.S. que não haja neste projecto uma rotunda no cruzamento com a Rua Gil Eanes. A falta desta rotunda pode vir, no futuro, a comprometer grande parte da fluidez que se espera do trânsito. É um mau planeamento.

Por outro lado, continuam sem acessos os transportes públicos à estação da REFER, consequência da empresa que gere esses mesmos transportes, mas provavelmente devido, também, à ineficácia da exigência e da contestação por parte da Câmara Municipal nesse sentido. A contestação que se vê, pelo menos em público, é muito mais encaminhada para o nome da estação. Os Vereadores do P.S. entendem que não interessa se a estação se chama Penalva ou Quinta do Anjo, o que interessa efectivamente é que os Quintajenses tenham acesso fácil à estação e possam beneficiar do comboio que aqui passa, mas do qual estão privados por falta de circuitos de transportes de acesso à estação ferroviária.

Nestes 4 anos de mandato autárquico os Quintajenses não podem ter muito boas recordações do tempo, até porque o tempo prejudicou os Quintajenses. Recordo o abatimento do pavilhão do Quintajense que deixou más recordações, mas que obrigou a Câmara Municipal a, finalmente, legalizar os estatutos do terreno do mesmo. Esperamos que no futuro e com recurso às verbas comunitárias se possa resolver este problema, porque era um dos poucos pavilhões de Palmela e o único de Quinta do Anjo.

Por outro lado, foi anunciado um projecto para a aldeia do Bacelo. Trata-se de um projecto bonito que foi anunciado com pompa e circunstância, mas nesta altura podem afirmar que foi só isso mesmo: um projecto. Ainda hoje tiveram ocasião de passar na aldeia do Bacelo e não se vê nenhuma movimentação que possa levar a querer que de alguma obra se trate e que tenha sido definida por aquele projecto.

A finalizar: gostaria de falar nas obras da S.I.M. (Sociedade de Instrução Musical). Logo no início do mandato, os Vereadores do P.S. começaram a falar nas obras da S.I.M.. Este era um processo que já tinha alguns anos. A execução das obras da S.I.M. eram, também, responsabilidade da Pelicano. Souberam entretanto que a Pelicano fez outros investimentos superando outras situações que não estavam previstas no protocolo e que, neste momento, já não haverá disponibilidades financeiras para a Pelicano realizar estas obras e que terá de ser a Câmara Municipal e a própria S.I.M. a levar para a frente a efectivação das obras. O que é certo é que passados 4 anos continua tudo na mesma. Este processo vai transitar novamente para o novo mandato que aí vêm.

Por tudo o que antes expôs e aproveitando esta última reunião que se realiza na Quinta do Anjo, resta aos Vereadores do P.S. desejar melhor sorte para esta freguesia nos próximos mandatos.”

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR OCTÁVIO MACHADO:

O Sr. vereador Octávio Machado cumprimenta todos os presentes.

• **Condecoração efectuada pelo Sr. Presidente da República à Dr.ª Leonor Freitas como Comendadora da Ordem de Mérito Agrícola** – O Sr. vereador Octávio Machado refere que vai começar a sua intervenção pelo reconhecimento efectuado pelo Sr. Presidente da República sobre aquilo que são as potencialidades em termos vitivinícolas desta região. Opina que é da mais elementar justiça referir tal facto, porque é o reconhecimento da tradição aliada à inovação que projectaram os vinhos deste concelho para o patamar a que tem direito e que é de inteira justiça. Os viticultores do concelho de Palmela aceitaram este desafio. Tem sido um desafio enorme que não é um prémio contra ninguém, mas um reconhecimento a favor dos viticultores deste concelho e desta região. Mais uma vez, tem de se referir ao fracasso total das estratégias daqueles que há 5 anos quiseram acabar e propuseram acabar com o nome de Palmela, com a justificação de que os terrenos deste concelho não produziam bons vinhos. Os viticultores precisam rapidamente de pessoas que ocupem os lugares de destaque, lugares onde as decisões são tomadas e onde se têm prejudicado grandemente este concelho e a sua imagem em benefício de interesses próprios. Seria bom que todos percebessem que os próximos 4 anos vão ser fundamentais para este concelho. Não é mais possível que se continue a criar riqueza e que muitas vezes este concelho não tenha acesso a ela.

• **Investimentos previstos para o concelho de Palmela** – O Sr. vereador Octávio Machado observa que não se pode continuar a criar postos de trabalho e depois não ter as vias de acesso de mobilidade interna no concelho que permita que as pessoas venham viver para este concelho. O caso da Autoeuropa é flagrante. Aquilo que se está a passar com a Plataforma Logística é outro exemplo. Menciona que as vias de saída da Autoeuropa para os concelhos limítrofes são do melhor que há, mas no interior do concelho de Palmela os acessos são zero. Tendo em conta aquilo que são hoje as opções em relação à Plataforma Logística vão executar-se boas saídas para o Montijo e Alcochete. A maior parte da riqueza que se vai criar vai para esses concelhos e as pessoas vão viver para lá. Quando se fala na E.N. 379 é bom especificar-se que não são os partidos, mas são alguns agentes partidários que continuam a querer calar a voz daqueles que se têm feito ouvir para reivindicar investimentos para Palmela.

O Sr. vereador Octávio Machado continua a sua intervenção nos seguintes termos:

. Neste momento está a avançar o projecto para o Destacamento da G.N.R..

. O Centro de Saúde de Pinhal Novo também durante muitos anos deixou de estar previsto em PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central). Neste momento o projecto já está em andamento.

. O distrito de Setúbal começa para muitos na Trafaria e acaba no Seixal e do Seixal até Sines é um deserto. É bom que se comece a pensar no que este concelho poderá transformar-se se a execução das variantes à E.N. 379 e à E.N. 252 não forem obras a contemplar em PIDDAC nos próximos anos. Trata-se da valorização deste território.

. Considera que não se pode chamar Penalva. Esta designação cria equívocos em termos de socorro aos habitantes daquela região. É bom que se saiba que qualquer utente que tenha um acidente na Penalva está a induzir em erro quem vai prestar socorro, porque é o Barreiro quem vai prestar socorro à Penalva.

. Em termos de mobilidade é preciso assegurar que os transportes públicos cheguem ao concelho de Palmela. É tempo de cada um assumir as suas responsabilidades e assumir que este concelho merece mais. O concelho de Palmela não pode ser olhado como outro concelho qualquer. Aquilo que foi feito nos últimos 4 anos foi um ajuste de contas com o passado, mas é preciso olhar em frente.

O **Sr. vereador Octávio Machado** pergunta se as garantias bancárias que foram incluídas na última revisão orçamental e que têm a ver com a execução das infra-estruturas de Vila Paraíso, Vila Serena e Monte Novo estão accionadas de forma a garantir a realização das obras.

Acrescenta que em tempos elogiou o esforço realizado para que a cablagem na obra da Rua 5 de Outubro fosse toda executada no subsolo. Infelizmente existem empresas privadas que utilizam o espaço público e, quando é necessário fazer uma melhoria, não estão receptivas.

Finaliza dizendo que numa Assembleia Geral da AUGI das Marquesas I e III foi apresentado um projecto para dar alguma razoabilidade à utilização da iluminação pública, sendo que nenhum dos presentes se opôs. Sucede que, quando se mandou desligar as iluminarias, atendendo a que os níveis de segurança eram mantidos, a E.D.P. (Electricidade de Portugal) pediu 18.000,00 €. É uma situação inadmissível.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ CARLOS DE SOUSA:

O Sr. vereador José Carlos de Sousa saúda a Sr.^a presidente, Srs. vereadores, técnicos e dirigentes da Câmara Municipal, membros da comunicação social e público em geral.

• ***Convites que não foram remetidos atempadamente ao Gabinete da Vereação do P.S.*** – O Sr. vereador José Carlos de Sousa alerta para o facto de que já não é a primeira vez que entidades várias, como sejam colectividades e associações, dirigem convites aos Vereadores da oposição e os mesmos são-lhes entregues já depois da actividade ou cerimónia ter sido realizada. Usando da palavra nesta reunião, pretende falar de um convite em particular, remetido por uma das Associações dos Bombeiros Voluntários do Concelho, que tem o registo de entrada na Câmara Municipal do dia 12 de Junho e que chega aos Vereadores do P.S., via Outlook, às 16:00 horas do dia 16 de Junho, quando a confirmação das presenças é exactamente para esse mesmo dia. Gostava que este tipo de situação pudesse ser agilizado de outra forma, de modo a que recebam os convites e correspondência em geral atempadamente.

• ***Requerimento dado entrada na Câmara Municipal de Palmela sem despacho*** – O Sr. vereador José Carlos de Sousa menciona que chegou à sua posse um requerimento que foi entregue na Câmara Municipal, dirigido à Sr.^a presidente, relativamente ao processo 441/09 e que tem a ver com a implantação de uma parque de garrafas de gases de petróleo liquefeitos de classe A, no Aceiro dos Farias, em Pinhal Novo. O processo em questão foi despachado pelo Sr. Vereador do Pelouro em 08.Maio.2009, de acordo com um ofício assinado pelo Sr. Director do Departamento de Administração Urbanística, Jorge Moura. Teve ocasião de consultar a listagem dos assuntos despachados pelo Sr. vereador do Pelouro, relativa ao período de 27 de Abril a 15 de Maio, e não consegue identificar este despacho. Por outro lado, se o Sr. vereador despachou, tem de partir do pressuposto de que despachou bem, que não cometeu nenhuma ilegalidade e que fez tudo quanto estava ao seu alcance para que despachasse com correcção. Contudo, partindo do pressuposto que o P.D.M. prevê que o Parque Verde Urbano de Pinhal Novo deixe de fazer a continuidade do Parque Verde que foi inicialmente construído nas traseiras da urbanização Quinta de Matos paralelamente ao mercado e que vai passar a ser um continuo arbóreo junto à vala da Salgueirinha e ligando a vala em toda a sua dimensão, parece-lhe complicado plantar o parque de garrafas de gás ao lado do que vai ser o Parque Verde Urbano. Gostava que o Sr. vereador o esclarecesse se a questão da Rua dos Farias foi convenientemente acautelada. Chama ainda a atenção que o parque de garrafas de gases de petróleo liquefeitos aponta para um armazenamento de cerca de

3.400 garrafas de gás com mais de 70.000 litros. Gostava que o Sr. vereador se pudesse pronunciar sobre este processo. O jornal do Pinhal Novo publicou uma reportagem há duas semanas em que o Sr. vereador declarou ao jornal que na semana seguinte iria inteirar-se do processo e que iria explicitar o mesmo da melhor forma possível. Julga que ainda não o terá feito por factores que, eventualmente, tenham a ver com a sua disponibilidade pessoal. Expõe este assunto essencialmente pela forma como o licenciamento é feito e pela forma como o mesmo é despachado e o facto de o despacho não constar da listagem dos processos despachados pelo Sr. Vereador.

• **Reuniões de Câmara descentralizadas realizadas durante este mandato autárquico na Freguesia de Quinta do Anjo** – O Sr. vereador José Carlos de Sousa refere-se às reuniões de Câmara descentralizadas realizadas durante este mandato autárquico na Freguesia de Quinta do Anjo:

. No primeiro ano deste mandato, os assuntos tratados foram as urbanizações Palmela Village e Colinas da Arrábida e mais algumas questões como a célebre piscina do Castelo de Palmela. A esta última questão, o Sr. vereador Adilo respondeu, no ano passado e nesta mesma sala, que *“a intervenção na piscina iria ser incluída numa empreitada que iria ser lançada a concurso, pelo que a breve prazo a situação estaria resolvida”*. Volvido um ano, a situação da piscina do Castelo apresenta-se exactamente na mesma sem que nenhuma intervenção tivesse sido realizada.

. Na reunião descentralizada, realizada em 2007, na freguesia de Quinta do Anjo, os temas abordados foram: a obra da Rua 5 de Outubro, a urbanização Palmela Village e as grutas de Quinta do Anjo.

. Voltou hoje a visitar os sepulcros de Quinta do Anjo e está tudo exactamente na mesma como estava há 3 anos. Na reunião havida o ano passado nesta mesma sala, a Sr.^a presidente ditou a promessa de que iria haver, pelo menos, uma vedação à volta dos sepulcros neolíticos. Parece-lhe que as “promessas” feitas nas reuniões de Câmara descentralizadas não são concretizadas.

. Na reunião descentralizada efectuada o ano passado (2008) em Quinta do Anjo, os temas apresentados no *Período Antes da Ordem do Dia* voltaram a repetir-se: a obra da Rua 5 de Outubro, os compromissos da empresa Pelicano e os sepulcros neolíticos. O Sr. vereador Adilo Costa, na reunião realizada em 07.Mai.2008, afirmou que se previa o início da obra da Rua 5 de Outubro para o mês de Julho. Acerca das obras na S.I.M., recorda que o Sr. vereador Adilo Costa referiu nessa mesma reunião que *“(…) neste momento estão em fase os projectos de especialidade. Toda a evolução do processo*

indica que o mesmo vai ser levado a bom porto. Está convencido que a S.I.M. terá capacidade para conseguir obter o diferencial necessário à execução da obra (...)”.

. Numa das primeiras reuniões do mandato em curso (em 2006) e relativamente às obras a que a Pelicano estava obrigada por força do protocolo celebrado com a Câmara Municipal, o Sr. vereador José Charneira mencionou que o protocolo da Pelicano tinha efeitos a partir de 2003 e tinha um prazo de 5 anos para ser concretizado. O que é facto é que já se passaram mais de 5 anos e as questões que estavam pendentes à data de 2006, exceptuando a obra da Rua 5 de Outubro que está na sua maior parte executada, continua tudo exactamente na mesma. Teve ocasião de conversar hoje com os empreiteiros que estão a executar a obra e que, também, reconhecem que não valeria a pena ter-se feito a estrada naquelas condições. Agora vai desfazer-se o que já foi feito. Esteve a ver o projecto e tem dificuldade em perceber como é que de umas vezes se agiliza de uma forma e outras vezes se agiliza de forma diferente. Gasta-se dinheiro a fazer obra para estar concluída e 2 meses depois retoma-se uma obra em que se teve algum investimento que é pago por todos os contribuintes. A questão mais premente é que o Sr. vereador José Braz Pinto alertou uma série de vezes para a situação da passagem hidráulica e para a forma como a mesma estava feita e, por fim, acaba por se chegar a uma situação de impasse que é a de fazer tudo de novo com custos para todos. É de opinião que a Câmara Municipal tem de usar de planeamento prospectivo para as diferentes freguesias e deve, igualmente, usar de outra leitura e de outra abrangência de pensamento que lhes permita visualizar e planear a longo prazo.

As intervenções efectuadas pelos Srs. vereadores José Braz Pinto, Octávio Machado e José Carlos de Sousa obtiveram as seguintes respostas / comentários:

O Sr. vereador José Charneira cumprimenta todos os presentes na sala.

— Variante à E.N. 379 – O Sr. vereador José Charneira menciona que está previsto no P.D.M. (Plano Director Municipal) de Palmela uma via alternativa à E.N.379. Já há alguns anos que se vem tentando desclassificar algumas zonas que estão como R.E.N. (Reserva Ecológica Nacional) sem o ter conseguido, nomeadamente junto da C.C.D.R. (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional). Por outro lado, também não se tem conseguido que os sucessivos Governos reconheçam aquela obra como uma obra de importância nacional e a contemplem em PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central). A responsabilidade pela execução desta obra não é da Câmara Municipal, mas sim da Administração Central. A Câmara Municipal já fez mais do que era a sua obrigação e reservou um espaço no P.D.M., e realizou o estudo prévio da variante à E.N. 379 e da variante à E.N. 252. A

Câmara Municipal de Palmela voltou a propor no ano passado a inclusão desta obra em PIDDAC. A maioria do executivo em gestão neste Município estava a contar que o Governo do P.S. viesse a incluí-la para que se pudesse executar a empreitada.

— *Obra da Rua 5 de Outubro, em Quinta do Anjo* – O **Sr. vereador José Charneira** observa que o Sr. vereador José Carlos de Sousa disse ter analisado o projecto, mas a verdade é que, de facto, não o percebeu. Explicita que o troço da Rua 5 de Outubro que falta executar vai passar, de acordo com o projecto aprovado, a ter um único sentido: sentido Sul/Norte. Não vai ser possível circular como se faz presentemente: transitar pela Rua 5 de Outubro até à Estrada Nacional, o que significa que o troço entre o campo do Quintajense e a Estrada Nacional só terá um sentido. O perfil do chamado eixo Norte/Sul é adequado a ter dois sentidos de trânsito.

O **Sr. vereador Adilo Costa** cumprimenta todos os presentes.

O **Sr. vereador Adilo Costa** menciona que é do conhecimento geral que a execução do eixo Norte/Sul esteve relacionada com a suspensão da obra na Rua 5 de Outubro, em Quinta do Anjo. Era impensável continuar a obra na Rua 5 de Outubro com problemas de trânsito nos dois sentidos. Iniciaram-se conversações com a firma Pelicano e foi possível chegar a um entendimento que, provavelmente, alguns esperavam que não se conseguisse e foi dado início à obra do eixo Norte/Sul. O bom senso foi decisivo para que se suspendesse a obra da Rua 5 de Outubro e foi isso mesmo que foi feito. Afirma que não vai ser necessário derrubar nada. A Câmara Municipal vai conseguir ter executadas a obra do eixo Norte/Sul e a empreitada da Rua 5 de Outubro. Estas obras são duas grandes aspirações da população de Quinta do Anjo.

— *Impossibilidade de execução de rotunda na Rua Gil Eanes* – O **Sr. vereador José Charneira** explica que não era possível executar uma rotunda na Rua Gil Eanes, mas vai ser feito um cruzamento com semáforos. Explica que o cruzamento vai estar devidamente dimensionado e sinalizado.

— *Transportes públicos* – O **Sr. vereador José Charneira** esclarece que a empresa de transportes públicos é a T.S.T. (Transportes Sul do Tejo) e o problema reside no facto de esta ser uma empresa privada que só assegura redes e carreiras que sejam rentáveis.

— *Em relação à intervenção tida pelos Srs. vereadores José Braz Pinto (Balanço ao mandato autárquico 2005 – 2009) e Octávio Machado (Investimentos previstos para o concelho de Palmela) no Período Antes da Ordem do Dia, a Sr.ª presidente efectua as seguintes considerações:*

- Dirigindo-se ao Sr. vereador José Braz Pinto responde o seguinte: ela não precisa defender o Sr. presidente da Junta de Freguesia. Contudo, atendendo a que o Sr. presidente não tem intervenção nesta reunião, não lhe parece cordato que o Sr. vereador José Braz Pinto esteja a referir-se à atitude do Sr. presidente da Junta de Freguesia, classificando-a como pouco assertiva e, nomeadamente, direccionar essa sua posição para o nome da estação e não tanto para as grandes dificuldades que hoje existem de acesso à estação.

- Dirigindo-se ao Sr. vereador Octávio Machado responde o seguinte: concorda inteiramente com a apreciação que o Sr. vereador Octávio Machado apresentou acerca do nome da estação. Não é só um problema de identidade, mas é um problema de segurança para todos. A identidade é uma questão muito importante para as populações. Actualmente estão identificados pelos cidadãos do concelho de Palmela 2 problemas básicos: a segurança e os transportes. A estação de Quinta do Anjo que se chama Penalva é um elemento central nestes problemas. Tratando-se da modernização de uma linha significa que é um investimento muito significativo que deve ser, naturalmente, aplaudido. A criação e a construção de novas estações têm todas as condições para constituir novas formas de entrada e de saída do concelho. É muito importante constituir melhores acessibilidades ao concelho, nomeadamente através da criação da rede de transportes colectivos. É relevante que sejam promovidas todas as acções e iniciativas para que as pessoas possam utilizar transportes colectivos, independentemente de terem o direito e a possibilidade de ter transportes individuais. O uso do transporte colectivo está ligado às questões do ambiente, da sustentabilidade, da segurança e da qualidade de vida das pessoas. O Sr. presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo tem feito um trabalho bem assertivo nesta área, quer no âmbito do Conselho Local de Mobilidade, quer a tratar destes assuntos com os T.S.T. (Transportes Sul do Tejo), assim como nas propostas que têm sido apresentadas aos T.C.B. (Transportes Colectivos do Barreiro). Têm trabalhado nesta temática: o Sr. presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, a Sr.ª vereadora Adília Candeias e o Sr. vereador José Charneira. Existe um trabalho concreto com os T.C.B. na tentativa de procurar alternativas para a oferta dos T.S.T.. A questão dos transportes públicos coloca-se em Quinta do Anjo como um problema que se caracteriza desta maneira: há uma excelente estação, mas a partir daquela estação não se consegue chegar a localidade alguma na freguesia. Isto mesmo reproduz-se em Palmela onde existe uma excelente estação, mas com poucos transportes públicos. Esta

situação não se reproduzirá da mesma maneira no Pinhal Novo, na medida em que a estação está no centro da vila de Pinhal Novo. Hoje em dia o problema dos transportes colectivos que articulem os vários modos de transporte e que liguem as estações ferroviárias às localidades através, nomeadamente, do transporte rodoviário é um problema central e é uma exigência que a Câmara Municipal vai continuar a exigir. Opina que não há uma atitude política e uma tutela pública relativamente aos transportes que levem a encarar este tema com a pertinência que ele tem nos vários territórios. Afirma que a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo tem feito um trabalho muito importante na chamada de atenção e no alerta acerca deste problema. Mas, é preciso ter em conta que as Autarquias Locais não mandam em empresas privadas.

O **Sr. vereador Octávio Machado** solicita o uso da palavra para mencionar que a Sr.^a presidente na sua intervenção se reporta ao problema da segurança. Considera que os problemas da criminalidade têm de ser tratados na sua origem, ao que a **Sr.^a presidente** responde que se referiu à segurança em sentido lato.

— *Garantias bancárias accionadas para execução de obras* – O **Sr. vereador José Charneira** menciona que as garantias bancárias que foram prestadas são do Banco Popular e do B.C.P. (Banco Comercial Português). São garantias prestadas à primeira solicitação e estão perfeitamente válidas. Adianta que na hipótese de algum destes Bancos abrir falência, as referidas garantias bancárias têm de ser obrigatoriamente pagas pelo Banco de Portugal.

— *Armazenamento de botijas de GPL* – O **Sr. vereador José Charneira** explicita que o seu despacho relativamente ao armazenamento de botijas de GPL não consta da listagem dos processos despachados por si, porque não se trata de um processo de licenciamento (não é feito com base no D.L. n.º 555/99, depois transposto para o D.L. n.º 60/2007). O processo em questão obedece a uma legislação específica e não carece de licenciamento, carece sim da aprovação da Câmara Municipal, aliás é uma competência da Direcção Geral de Energia que há cerca de 1 ano passou para as Câmaras Municipais. Neste momento o ponto de situação deste processo é o seguinte: a pretensão está indeferida. Na semana passada foi apresentado um abaixo-assinado dos moradores na zona. O referido processo foi consultado há 2 semanas por um advogado. Lamenta que os moradores da Rua dos Farias não se tenham dirigido à Câmara Municipal a pedir explicações relativamente ao processo. Fizeram o abaixo-assinado, foram com o assunto para a comunicação social e para a Junta de Freguesia do Pinhal Novo.

— *Convites que não foram remetidos atempadamente ao Gabinete da Vereação do P.S.*
– A **Sr.ª presidente** refere que os convites em causa reportam-se a uma acção que tem lugar no próximo dia 20 de Junho, sendo que a confirmação das presenças é pedida até dia 16. Observa que dia 12 foi sexta-feira e dia 16 foi terça-feira. Na prática se o ofício chegou à Câmara Municipal no final do dia de sexta-feira não é de estranhar que o mesmo chegue a outros serviços na terça-feira, dia 16.

— *Plano de Pormenor dos Bacelos* – O **Sr. vereador José Charneira** explica que o Plano de Pormenor dos Bacelos contempla a zona das grutas, pelo que a Câmara Municipal foi obrigada a recolher o parecer do IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico). Esta entidade exigiu que se fizessem mais escavações para aprofundamento de várias situações e veio solicitar à Câmara Municipal um levantamento geofísico de toda aquela área, porque dizem não ter verbas. Entretanto, o IGESPAR ainda não emitiu o parecer e já se passaram quase 2 anos.

Sobre este assunto, a **Sr.ª presidente** esclarece que não se trata de um projecto no sentido dum projecto que antecede uma obra, trata-se de um P.P. (Plano de Pormenor). Um Plano de Pormenor é um documento orientador da forma como se deve permitir a ocupação do território a partir de um conjunto de regras que são definidos no Plano, isto é: a Câmara Municipal define um determinado desenho que preserva esta zona da aldeia de Quinta do Anjo e deve acautelar para o futuro toda e qualquer intervenção que aconteça nesta zona. Havia já algumas propostas de particulares que tentavam uma alteração numa habitação, uma demolição, uma construção de um novo edifício de acordo com regras que são as regras gerais do P.D.M.. Aquilo que a Câmara Municipal fez com o Plano de Pormenor para a aldeia dos Bacelos foi definir exactamente uma metodologia para a intervenção futura naquela zona que deve respeitar determinados limites: a traça existente, a cércea, as relações de edifício, as ruas e a circulação. A equipa do Plano (vencedora do Concurso de Ideias - EUROPAN 8 -) sugere que uma parte do espaço que existe disponível nesta zona seja ocupado para valorizar actividades locais e se destine, igualmente, a acolher iniciativas que já acontecem hoje e têm sede nesta colectividade e na rua e que podem passar a ter um novo espaço na aldeia.

Em relação à questão das grutas em Quinta do Anjo, o **Sr. vereador Adilo Costa** acrescenta que o Departamento de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Palmela realizou sondagens geotécnicas naquela zona e tudo indica que poderá haver mais grutas. O Estado Português e em particular o IGESPAR deviam efectuar

imediatamente as respectivas escavações, mas remetem este trabalho para a Câmara Municipal.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ADILO COSTA:

• ***Obras realizadas na Freguesia de Quinta do Anjo*** – O Sr. vereador Adilo Costa enumera apenas algumas das obras que a Câmara Municipal executou na Freguesia de Quinta do Anjo no decurso deste mandato:

- . Execução do Gabinete de Atendimento ao Cidadão;
- . Construção de um espaço destinado a refeições e reparação das instalações do gás na Escola Básica do 1.º ciclo de Cabanas;
- . Instalação da rede de drenagem de águas residuais na Rua 25 de Abril, em Quinta do Anjo;
- . Execução da rede de drenagem de águas pluviais em Pardeeiros - Quinta do Anjo;
- . Execução do prolongamento e ramais diversos na Rua Manuel Ferreira Caramelo, em Cabanas;
- . Pavimentação do arruamento a Poente do cruzamento da Rua João dos Santos Pinto com a Rua João Eleiteiro Teixeira, em Cabanas;
- . Conclusão da execução das Ruas António José Marques e José Ricardo Xavier, em Quinta do Anjo;
- . Colocação de sinalização luminosa automática na Rua Xavier de Lima;
- . Colocação da sinalização automática de trânsito no cruzamento do Caminho Municipal 1.029 com a Rua do Vale do Alecrim e Aceiro Dr. Veríssimo;
- . Construção da estação elevatória no prolongamento da Travessa Luís de Camões, em Cabanas;
- . Execução da estação elevatória na Rua Miguel Cândido;
- . Execução de infra-estruturas na Rua José Guilherme Ariolas, em Cabanas;
- . Execução do colector e da estação elevatória na Rua de Olivença, em Quinta do Anjo;
- . Ampliação da Escola Básica do 1.º ciclo do Bairro Alentejano;
- . Execução das infra-estruturas na Quinta das Flores, sendo que se vai avançar com a empreitada na Rua Fernando Miguel, em Cabanas, e com a 1.ª fase da Rua Joaquim de Elias de Carvalho.

O **Sr. vereador Adilo Costa** refere que a Câmara Municipal está disponível para atender as entidades externas relativamente às solicitações que dirigem à Autarquia. Contudo, quando é a Câmara a requerer a colaboração das entidades externas vê-se confrontada com algumas dificuldades. Foi com muito esforço que se conseguiu a colaboração da EDP (Electricidade de Portugal) em relação à execução da obra da Rua 5 de Outubro, em Quinta do Anjo, e foi com a completa ausência de colaboração que a PT (Portugal Telecom) recebeu a Câmara Municipal relativamente à mesma empreitada, no sentido de ser enterrada toda a cablagem. É com todas estas situações que a Câmara Municipal se vê confrontada e tem de lidar.

Em relação à obra na S.I.M. (Sociedade de Instrução Musical), o **Sr. vereador Adilo Costa** esclarece que o ponto de situação não é o mesmo do ano passado e, inclusivamente, o Sr. presidente da direcção da S.I.M. sabe disso. Apesar de o protocolo ainda não estar em condições de ser assinado (falta acertar pormenores relacionados com o valor total da obra), a direcção da S.I.M. está na posse da minuta do acordo e tem conhecimento que o compromisso de honra da Câmara Municipal de Palmela é de 409.000,00 € para esta obra.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO – Palmelense Futebol Clube:

Pelo **Sr. vereador Adilo Costa** foi apresentado o voto de congratulação que se transcreve:

“A Câmara Municipal de Palmela saúda e felicita o Palmelense Futebol Clube pela brilhante conquista do Título de Campeão da Segunda Divisão Distrital da Associação de Futebol de Setúbal, em Juvenis, na época desportiva de 2008/2009.

Esta equipa tem efectuado um percurso competitivo digno de registo, pois foi campeã distrital de Iniciados da 2.ª divisão, em 2006/2007, disputou a fase final de Juvenis na época transacta e obteve o título desta categoria na passada semana, sendo justo destacar todos os que directa e indirectamente contribuíram para esta conquista, designadamente os Jogadores, Técnicos, Massagista, Dirigentes, famílias e demais colaboradores.

Reunida em Quinta do Anjo, a 17 de Junho de 2009, a Câmara Municipal de Palmela congratula-se pela conquista de mais este título pelo Palmelense Futebol Clube e expressa o seu desejo que o clube continue no bom caminho, pois o trabalho de formação desportiva realizado nos escalões de formação tem muitos mais objectivos do que os meros resultados desportivos. É também desejo da autarquia que a participação da equipa de Juvenis na primeira divisão distrital, na próxima época desportiva, possa constituir uma

boa oportunidade para o desenvolvimento dos jovens e para a melhoria da qualidade da sua prática, de modo a dignificarem cada vez mais o bom nome da Vila, Freguesia e Concelho de Palmela.”

Sobre o voto de congratulação interveio:

O **Sr. vereador Octávio Machado** considera este voto de congratulação inteiramente justo. O “Palmelense” está a desenvolver um trabalho em termos de formação. Os resultados conseguidos vêm reconhecer o trabalho que é feito por clubes que têm uma dimensão menor, mas que são importantes, como é o caso do Grupo Desportivo de Valdera que foi campeão do INATEL.

Submetido o Voto de Congratulação a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e em minuta.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E PELA SR.ª CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Finanças / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara tomou conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respectivos e que fica anexa a esta acta como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Dr. José Monteiro e pela Sr.ª Dr.ª Pilar Rodriguez, no período de 03.06.2009 e 16.06.2009.

PROCESSOS DESPACHADOS PELO SR. VEREADOR JOSÉ CHARNEIRA, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística:

A Câmara tomou conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respectivos e que fica anexa a esta acta como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. vereador José Charneira, no período de 01.06.2009 a 12.06.2009.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

A **Sr.ª presidente** dá conhecimento à Câmara que, no período compreendido entre os dias 03.06.2009 a 16.06.2009, foram autorizados pagamentos, no valor de 2.057.065,45 (dois milhões, cinquenta e sete mil, sessenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos).

A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta acta como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

A **Sr.ª presidente** informa que o balancete, nesta data, apresenta um saldo de 3.482.934,55 € (três milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 2.507.395,80 € (dois milhões, quinhentos e sete mil, trezentos e noventa e cinco euros e oitenta cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 975.538,75 € (novecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e oito euros e setenta e cinco cêntimos).

ORDEM DO DIA

I – APROVAÇÃO DE ACTA

Ao abrigo do preceituado no n.º 2 e para os efeitos do n.º 4, do artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18.09, e bem assim do que se dispõe o n.º 2 e n.º 4, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15.11, na redacção do Decreto-Lei 6/96, de 31.01 (C.P.A.), a Câmara Municipal deliberou a aprovação das seguintes actas, sendo as mesmas assinadas pela Exm.ª Senhora Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, **por unanimidade**, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

- **ACTA n.º 08/2009**, reunião ordinária de 01.Abril.2009 – **Aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. vereadores José Charneira e José Carlos de Sousa, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.**

II – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

DIVISÃO DE INTERVENÇÃO SOCIAL:

Pela Sr.^a vereadora Adília Candeias foram apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Atribuição de Apoio Financeiro às IPSS's na área da Infância – Apoio para a Época Balnear.

PROPOSTA N.º 1/DEIS-DIS/14-2009:

«A Época Balnear realizada pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, proporciona às crianças experiências que concorrem para o seu crescimento satisfazendo as suas necessidades de ordem física, intelectual, afectiva e social já que têm como objectivo a satisfação das necessidades de lazer e de quebra de rotinas, sobretudo para as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Este tipo de respostas reforça a rede de contactos sociais e apoia as famílias que estão cada vez mais isoladas e sobrecarregadas por situações adversas, nomeadamente de ordem financeira.

Considerando 5 dias úteis de praia, o custo médio do aluguer de viaturas e o n.º de crianças a frequentar a praia em cada instituição, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 4, do art.º 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5–A/02, de 11 de Janeiro, a atribuição de apoio financeiro, no valor 6.000,00 € (seis mil euros) às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, para comparticipação nas despesas com época balnear, conforme quadro que se segue:

Instituição	Nº crianças	Apoio Financeiro
Centro Social de Quinta do Anjo	200	1.750,00 €
Centro Social de Palmela*	250	1.750,00 €
União Social Sol Crescente da Marateca	70	1.250,00 €
Centro Social de Lagameças	45	1.250,00 €
TOTAL	565	6.000,00 €

* Engloba Pólo de Poceirão – A Cegonha

Propõe-se ainda que o apoio financeiro atribuído pela Câmara Municipal em 2008, à Associação de Solidariedade Social de Brejos do Assa – Rouxinol (1.250,00 €) e ao Centro Social Paroquial de Pinhal Novo (1.250,00 €) reverta para o mesmo efeito, em 2009, considerando que o mesmo se encontra em poder destas Instituições, as quais por impossibilidade das famílias poderem suportar os custos com os transportes, assim como

devido à indisponibilidade de autocarros por parte das transportadoras, não utilizaram o apoio atribuído no ano transacto.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

SAÍDA DA REUNIÃO DE UM VEREADOR:

Nesta altura, a reunião deixa de ser participada pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa.

PONTO 2 – Atribuição de Apoio Financeiro à Fundação COI para a Época Balnear.

PROPOSTA N.º 2/DEIS-DIS/14-2009:

«A Época Balnear realizada pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, proporciona às crianças experiências que concorrem para o seu crescimento satisfazendo as suas necessidades de ordem física, intelectual, afectiva e social já que têm como objectivo a satisfação das necessidades de lazer e de quebra de rotinas, sobretudo para as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Este tipo de respostas reforça a rede de contactos sociais e apoia as famílias que estão cada vez mais isoladas e sobrecarregadas por situações adversas, nomeadamente de ordem financeira.

Considerando 5 dias úteis de praia, o custo médio do aluguer de viaturas e o n.º de crianças a frequentar a praia (200 crianças), **propõe-se** de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 4, do art.º 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5–A/02, de 11 de Janeiro, a atribuição de apoio financeiro à Fundação COI no valor de 1.750,00 € (mil setecentos e cinquenta euros), para participar nas despesas no âmbito da Época Balnear.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

ENTRADA NA REUNIÃO DE UM VEREADOR:

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa.

III – DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURAS

GABINETE DE PLANEAMENTO, CONTROLO E QUALIDADE DE INFRA-ESTRUTURAS:

Pelo Sr. vereador José Charneira foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Empreitada de “Infra-estruturação da zona 1 da Lagoinha – Infra-estruturas da Lagoinha – 1.ª fase”: Aprovação de projecto e lançamento de concurso público.

PROPOSTA N.º 1/DAI-GPCQI/14-2009:

«Por forma a dar cumprimento ao previsto no Plano de Actividades de 2009, no que se refere à Infra-estruturas da Lagoinha – 1.ª fase e enquadrado numa perspectiva de melhorar a qualidade de vida dos munícipes residentes no núcleo urbano junto à Av. Marechal Costa Gomes, sito na Lagoinha, freguesia de Palmela, foi elaborado o “Projecto de Execução da Infra-estruturação da Zona 1 da Lagoinha”, que engloba o abastecimento de água, a drenagem de águas residuais domésticas, a drenagem de águas pluviais e a pavimentação dos seguintes arruamentos:

- . Rua do Antigo Campo da Bola,
- . Rua da Liberdade,
- . 380 m da Rua da Sociedade;
- . Rua Capitães de Abril;
- . Rua da Escola;
- . Rua da Rama das Oliveiras

Nesta conformidade, **propõe-se:**

1. Que seja aprovado o Projecto de Execução e aberto Concurso Público para adjudicação da empreitada de “Execução de Infra-Estruturação da Zona 1 da Lagoinha”, de acordo com a alínea b) do art. 19º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
2. Que o preço base do Concurso seja no valor de 393.732,25 € (trezentos e noventa e três mil, setecentos e trinta e dois euros e vinte e cinco cêntimos);
3. Que seja aprovado o Anúncio, Caderno de Encargos e o Plano de Segurança e Saúde;
4. Que o júri do procedimento seja constituído por:
 - . Eng.º João Carlos Alves Faim
 - . Eng.º Luís Benzinho
 - . Eng.º Carlos Mendes

Sendo suplentes os seguintes elementos:

- . Eng.ª Margarida Gil
- . Eng.ª Maria Albertina Pires
- . Eng.º Carlos Caçoete

5. Que o enquadramento jurídico seja efectuado pela Divisão Jurídica

6. Que o encargo da despesa se encontra previsto em Plano de Actividades do corrente ano: Código do Plano – 2.4.3.01.07 e Código Orçamental – 0603/07010402.»

Sobre a proposta de Empreitada de “Infra-estruturação da zona 1 da Lagoinha – Infra-estruturas da Lagoinha – 1.ª fase”: Aprovação de projecto e lançamento de concurso público numerada 1/DAI-GPCQI/14-2009 intervieram:

O **Sr. vereador José Braz Pinto** insiste numa solicitação que já tinha efectuado anteriormente: a proposta deve mencionar qual a unidade orgânica a que pertencem os técnicos que compõem o júri.

Acrescenta que esta empreitada está prevista nas GOP (Grandes Opções do Plano) para 2009 não se prevendo que a mesma transite para 2010. Neste momento está a ser lançado o concurso que obedece a toda uma tramitação até chegar à fase de adjudicação e só depois se pode iniciar a execução da empreitada. Nutre sérias dúvidas de que esta obra esteja pronta até ao final do mandato.

O **Sr. vereador Octávio Machado** refere que esta obra significa um investimento na qualidade de vida das pessoas. Já por diversas ocasiões tem defendido esta posição. É evidente que se pode dizer que são promessas, mas as melhorias que este tipo de obras proporcionam às pessoas e o ir ao encontro das esperanças que algumas pessoas tiveram quando escolheram o concelho de Palmela para viver sobrepõem-se a todos os demais interesses.

O **Sr. vereador José Charneira** refere que a proposta não identifica os cargos dos técnicos, porque o próprio corpo da proposta identifica o Departamento de Ambiente e Infra-estruturas e o Gabinete de Planeamento, Controlo e Qualidade de Infra-estruturas e parte-se do pressuposto que todos estes técnicos trabalham neste mesmo Departamento.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** observa que não há muita multidisciplinariedade.

O **Sr. vereador José Charneira** menciona que esta proposta vai cumprir o compromisso que existe entre o executivo em gestão na Câmara Municipal e a população da Lagoinha.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

IV – DEPARTAMENTO DE OBRAS, LOGÍSTICA E CONSERVAÇÃO

DIVISÃO DE PROJECTOS E OBRAS PÚBLICAS:

Pelo **Sr. vereador Adilo Costa** foram apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Empreitada de “Adaptação de Instalações para Centro de Recursos para a Juventude em Quinta do Anjo”: adjudicação da empreitada.

PROPOSTA N.º 1/DOLC-DPOP/14-2009:

(Foi emendada a data constante nesta proposta, conforme discussão).

«Em reunião de Câmara realizada em 21.01.2009, foram aprovados o projecto de execução e a abertura do concurso público para a realização da empreitada de “Adaptação de Instalações para Centro de Recursos para a Juventude em Quinta do Anjo”.

Concluída a análise das propostas admitidas a concurso, pelo Júri do Procedimento nomeado para o efeito e no respeito pela alínea b) do n.º 1, do art.º 18º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, torna-se necessário que a Câmara Municipal delibere sobre a adjudicação da referida empreitada.

Assim, tendo em consideração os fundamentos constantes no relatório final de análise de propostas, documento que se anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzido, **propõe-se**, nos termos da alínea q) do n.º 1, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal delibere:

1. A exclusão dos concorrentes:

- ZRP – Soc. Empreitadas e Projectos, Lda;
- Ariepe, Construção Civil e Obras Públicas, Lda;
- Vítor M. C. Antunes, Construção Civil e Obras Públicas, Lda;
- Joaquim Castanheira da Silva, Lda;
- Ecociaf, Construção Civil e Obras Públicas, Lda;
- Ediserra, Construções, S.A.;
- Solatia, Soc. Nacional de Investimentos Imobiliários, S.A..

2. A adjudicação da referida empreitada à firma Joleu – Sociedade de Construções, Lda., pelo valor da sua proposta de 146.517,10 € ao qual acrescerá o IVA à taxa em vigor no valor de 7.324,86 €, perfazendo o valor total de 153.842,96 € (cento e cinquenta e três mil,

oitocentos e quarenta e dois euros e noventa e seis cêntimos) e pelo prazo de execução de 120 dias.»

Sobre a proposta de *Empreitada de “Adaptação de Instalações para Centro de Recursos para a Juventude em Quinta do Anjo”*: adjudicação da empreitada numerada 1/DOLC-DPOP/14-2009 intervieram:

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** chama a atenção para o facto de a proposta mencionar uma data em que não houve nenhuma reunião de Câmara (21.Outubro.2008), sendo a data correcta: 21.Janeiro.2009.

O **Sr. vereador Adilo Costa** confirma que existe um lapso, pelo que a proposta foi prontamente corrigida.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** menciona que esta empreitada vai ser feita com recurso a empréstimo bancário. Observa que o prazo de execução da empreitada é de 120 dias, pelo que a mesma deve ser finalizada durante o ano de 2010, sabendo-se, no entanto, que a Câmara Municipal tem possibilidades de acesso a este dinheiro desde Abril de 2008.

O **Sr. vereador Adilo Costa** explicita que à luz do novo Código dos Contratos Públicos a forma como as propostas são apresentadas ser torna diferente do que acontecia quando vigorava o Decreto-Lei 59/99, na medida em que há duas decisões que o executivo camarário terá que tomar: aprovar o relatório e adjudicação e, numa fase posterior, aprovar a minuta do contrato.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** estranha a exclusão de tantos candidatos.

O **Sr. vereador Adilo Costa** refere que a Autarquia e os próprios concorrentes estão a aprender os procedimentos aplicáveis por força do novo Código dos Contratos Públicos.

Dirigindo-se à população de Quinta do Anjo, a **Sr.ª vereadora Adília Candeias** menciona que a construção deste equipamento - CRJ de Quinta do Anjo - significa uma aposta e uma certeza no trabalho dos jovens. É sem dúvida um apoio ao associativismo juvenil desta freguesia e é um sinal claro da prioridade que este executivo tem no desenvolvimento de projectos dirigidos à juventude deste concelho. Em quase todas as freguesias do concelho existem Centros de Recursos para a Juventude e este é um dos maiores, pelo que a população de Quinta do Anjo se deve orgulhar.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

**PONTO 5 – Empreitada de “Recuperação do Edifício do Cine Teatro S. João”:
adjudicação da empreitada.**

PROPOSTA N.º 2/DOLC-DPOP/14-2009:

«Em reunião de Câmara realizada em 05.11.2008, foram aprovados o projecto de execução e a abertura do concurso público para a realização da empreitada de “Recuperação do Edifício do Cine Teatro S. João”.

Concluída a análise das propostas admitidas a concurso, pelo Júri do Procedimento nomeado para o efeito e no respeito pela alínea b) do n.º 1, do art.º 18º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, torna-se necessário que a Câmara Municipal delibere sobre a adjudicação da referida empreitada.

Assim, tendo em consideração os fundamentos constantes no relatório final (III) de análise de propostas, documento que se anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzido, **propõe-se**, nos termos da alínea q) do n.º 1, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal delibere:

1. A exclusão dos concorrentes:

- José Pimentel Nunes e Filhos, S.A.
- ASC – Arquinave Sociedade de Construções, S.A.
- Engitetra Construções, Lda.
- Xavieres, Lda.
- Casa dos Asfaltos – Isolfrei – Estudos e Empreitadas de Isolamentos e Revestimentos, Lda.
- Edificadora Luz & Alves, Lda.
- Comprojecto – Projectos e Construções, Lda.
- Interobra – Sociedade de Obras Públicas, S.A.
- Construtora Udra, Lda.
- Comporto – Sociedade de Construções. S.A.
- Transfor II – Engenharia e Construção, S.A.
- Elvisimbra – Sociedade de Construções, S.A.

2. A adjudicação da referida empreitada à firma BEL – Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A., pelo valor da sua proposta de 994.154,80 € ao qual acrescerá o IVA à taxa em vigor no valor de 49.707,74 €, perfazendo o valor total de 1.043.862,54 € (um milhão, quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos) e pelo prazo de execução de 90 dias.»

Sobre a proposta de *Empreitada de “Recuperação do Edifício do Cine Teatro S. João”*: adjudicação da empreitada numerada 2/DOLC-DPOP/14-2009 intervieram:

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** congratula-se com a adjudicação desta empreitada.

Refere que em tempos foi afirmado pela maioria C.D.U. que o início desta obra só tem lugar após a realização da Festa das Vindimas (em Setembro próximo). Pretende saber se esta intenção se mantém. Esta é mais uma das obras que vão ser feitas com recurso a empréstimo bancário contraído por esta Autarquia. O conjunto de obras que a Câmara Municipal se propôs levar à prática com recurso a empréstimo bancário foi aprovado em 12.Dezembro.2007, estando o dinheiro disponível desde 21.Abril.2008. Há uma *décalage* no tempo. Tal como em relação à proposta anterior, estranha a exclusão de tantos concorrentes. Da consulta que fez ao processo fica com a ideia que há empresas concorrentes que são excluídas ao mínimo pormenor e que não voltam para completar o processo. Este facto deixa-o um tanto ou quanto perplexo, na medida em que há tanta falta de trabalho e as empresas em causa nem sequer são de grande dimensão.

O **Sr. vereador Octávio Machado** refere que deu o seu voto favorável à aprovação da proposta para contracção do empréstimo bancário, porque este se dirigia para investimentos. Esta obra é uma das obras que consta na lista do empréstimo. Em sua opinião o edifício do Cine Teatro S. João, face ao estado de degradação que apresenta em termos exteriores e interiores, necessita urgentemente desta intervenção, mas outros há que vão necessitar do mesmo num futuro muito próximo. Questiona se este projecto já reúne as condições para o edifício ser certificado energeticamente.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** menciona que neste momento estão colocados andaimes no torreão do Cine Teatro S. João. Pergunta se estes andaimes já estão relacionados com a execução desta obra.

O **Sr. vereador Adilo Costa** esclarece que já estão em curso obras no torreão do edifício que não estão incluídas nesta empreitada.

Quanto ao facto de o Sr. vereador José Carlos de Sousa ter estranhado a exclusão de tantos concorrentes, o **Sr. vereador Adilo Costa** explica que a legislação actualmente em vigor: o Código dos Concursos Públicos (C.C.P.) é mais complexo. Adianta alguns esclarecimentos adicionais comparativamente ao procedimentos que são necessários aplicar face a esta nova legislação.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

V – DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO

DIVISÃO DE ACÇÃO CULTURAL:

Pelo **Sr. vereador Adilo Costa** foram apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro às Festas em Honra do Sagrado Coração de Jesus.

PROPOSTA N.º 1/DCD-DAC/14-2009:

«As localidades de Olhos de Água e Quinta das Flores vão estar em festa, durante os dias 26, 27 e 28 de Junho.

As Festas em Honra do Sagrado Coração de Jesus, com oito anos de existência, já se assumiram como uma referência local, proporcionando às populações destas localidades um espaço de convívio, onde as manifestações religiosas e a animação cultural desempenham papel relevante.

A comunidade paroquial local tem desenvolvido um esforço significativo na melhoria das condições de acolhimento destas festas, contando com o envolvimento da população nesta iniciativa.

Assim, considerando a importância local deste evento **propõe-se** a atribuição de apoio financeiro, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 4º, do Artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5–A/02, de 11 de Janeiro, no valor de € 700,00 (setecentos euros), à Igreja do Sagrado Coração de Jesus de Olhos de Água, para realização das suas festas anuais.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro ao Grupo Desportivo “Os Académicos” de Agualva de Cima.

PROPOSTA N.º 2/DCD-DAC/14-2009:

«O Grupo Desportivo “Os Académicos” de Agualva de Cima realizou pela primeira vez na sua história um programa de festividades locais que, integrando o seu aniversário, se afirmou como um momento que superou a simples efeméride.

Desta forma, durante os dias 13 e 14 de Junho, a localidade de Bairro Margaça assistiu a Folclore Adulto e Infantil, Animação Cultural, Jogos Tradicionais e Espectáculos Musicais. Esta iniciativa constituiu um novo marco na actividade cultural local.

A Câmara Municipal em resposta à solicitação apresentada por este grupo e reconhecendo o esforço financeiro desenvolvido para a concretização deste projecto, decidiu ponderar o referido pedido.

Assim, **propõe-se** a atribuição de apoio financeiro, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 4º, do Artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5–A/02, de 11 de Janeiro, no valor € 1.000,00 (mil euros) ao Grupo Desportivo “Os Académicos” de Aqualva de Cima.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro ao Grupo Desportivo “Os Académicos” de Aqualva de Cima numerada 2/DCD-DAC/14-2009 intervieram:

O **Sr. vereador José Braz Pinto** congratula-se com a atribuição deste apoio financeiro. A colectividade em causa tem longos anos de existência e viveu vicissitudes várias: os bailes aconteciam no armazém do Sr. Pelixo, porque não havia instalações e se actualmente têm boas instalações é, essencialmente, devido a um trabalho feito pela Junta de Freguesia e dos elementos da Junta de Freguesia que abdicaram dos seus salários, durante 4 anos do mandato, para assim conseguirem construir esta colectividade.

Mais refere que lamenta o facto de o Grupo Desportivo “Os Académicos” de Aqualva de Cima não terem sido agraciados com a atribuição de medalha por parte da Câmara Municipal, porque não tinham uma actividade continuada no tempo. Efectivamente esta colectividade teve uma actividade continuada no tempo, mas com as várias vicissitudes que viveu teve de desenvolver as suas iniciativas em armazéns de outros, porque não terem as suas próprias instalações. Agora possuem instalações e a Câmara Municipal está a apoiá-los nesta grande iniciativa, pelo que se congratula.

O **Sr. vereador Adilo Costa** confirma que o Grupo Desportivo em causa viveu vicissitudes de vária ordem mas, neste momento, é uma colectividade bem viva e conseguiu fazer em dois anos uma grande proeza: a constituição de um rancho infantil. Endereça os parabéns ao Grupo Desportivo “Os Académicos” de Aqualva de Cima por terem conseguido suplantar as suas dificuldades e hoje, merecidamente, têm todo o apoio da Câmara Municipal.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

A Sr.^a presidente pergunta se algum dos Múncipes presentes que intervir.

1. Sr.^a Maria Lúcia Martins:

Saúda o executivo camarário.

Gostava de saber porque é que a superfície comercial à saída de Quinta do Anjo não abre as portas ao público.

2. Sr. João Alves:

Cumprimenta a Sr.^a presidente e Srs. vereadores.

Menciona que gosta de viver em Quinta do Anjo, porque há qualidade de vida e se consegue combinar a Indústria e a Agricultura.

Apresenta as seguintes questões:

. Um problema grave são os acessos à Quinta do Anjo. Esta localidade está próxima da estação da Penalva e da auto-estrada, mas está muito longe de tudo.

. Alude ao protocolo celebrado em 2001 entre a Câmara Municipal e a Pelicano e cita uma frase constante no mesmo: *“(...) na perspectiva da Câmara Municipal de Palmela assume particular importância toda a rede de estradas que serve a Quinta do Anjo, a qual já é manifestamente insuficiente para o tráfego automóvel actual, o qual tem tendência a aumentar num curto prazo, devido à proximidade de zonas fortemente urbanizadas (...)”*. Esta expressão foi usada há oito anos e meio. O mesmo protocolo adianta: *“(...) a Câmara Municipal pretende melhorar as infra-estruturas da Quinta do Anjo, nomeadamente implementar uma nova rede de circulação viária, através da execução da variante à E.N.379 e entre a E.M. 510 e a Lear, conforme anteprojecto do conhecimento da Câmara Municipal de Palmela a construir no prazo de 3 anos (...)”*. Este protocolo data de Janeiro de 2001 e o prazo para concretização deste objectivo era de três anos, portanto, até 2004. O valor estimado para as obras a executar pela Pelicano era de 5 milhões de euros. Existe um protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a Pelicano que já tem nove anos de existência. A Câmara Municipal tem na sua posse as garantias bancárias devidas. Gostava de ser esclarecido como é que passados praticamente nove anos ainda falta fazer a desafecção da Reserva Ecológica Nacional.

3. Sr. António Farias Lami:

Cumprimenta todos os presentes.

Menciona que há aproximadamente três semanas questionou o seu vizinho sobre o que ele iria fazer no terreno, sito na Rua dos Farias. Este informou-o que ia fazer um parque para viaturas ligeiros. Como desconfiou desta resposta, foi à Câmara Municipal de Palmela pedir esclarecimentos. Passados dez dias recebeu uma carta registada da Câmara Municipal, relativa ao processo AD-738/09, a informá-lo que para o dito terreno estava pedido o licenciamento para um parque de garrafas de gás e que o mesmo já se encontrava licenciado, faltando somente a emissão do alvará. Perante esta resposta, os moradores mostraram-se bastante preocupados com a ocupação do espaço para um parque de garrafas de gás. Não possuem saneamento básico, nem alcatrão, nem sequer passeios e um parque de gás é que não queriam mesmo.

4. Sr. Ricardo Guerreiro:

Saúda o executivo da Câmara Municipal e público em geral.

Vem representar os moradores da urbanização Manuel Gomes.

Menciona que já esteve em reuniões anteriores com o Sr. presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, alertando para alguns problemas que se passam naquela urbanização, nomeadamente a questão que se prende com a garantia bancária. O Sr. vereador José Charneira esteve também numa reunião com o Sr. Alcino, morador na urbanização. É uma urbanização bastante nova constituída por 36 moradias. Sentem a necessidade de intervenção da Câmara Municipal, porque não possuem acessos condignos à urbanização. O urbanizador disse aos moradores que estava na disposição de pagar metade para alcatroar o resto que falta. A Câmara Municipal assegura a limpeza no Bairro Alentejano, mas a máquina não vai à urbanização Manuel Gomes por não existirem acessos.

Relativamente às intervenções do Público foram dadas as seguintes respostas:

— *Resposta à intervenção do Sr. Ricardo Guerreiro (4.)* – A **Sr.^a presidente** sugere que este assunto seja acompanhado pelo Sr. vereador José Charneira conjuntamente com os serviços camarários. A zona em causa pode ser classificada como sensível, na medida em que se trata da confluência de três concelhos.

— *Resposta à intervenção do Sr. António Farias Lami (3.)* – A **Sr.ª presidente** explicita que houve um 1.º deferimento, mas depois de levantada de novo a questão, o projecto foi indeferido e não há nenhuma dúvida quanto à posição da Câmara Municipal e ao facto de ela não ir ser alterada.

— *Resposta à intervenção do Sr. João Alves (2.)* – A **Sr.ª presidente** menciona que o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a empresa Pelicano já devia estar cumprido. Não vai enumerar o conjunto de incumprimentos que têm existido por parte da Pelicano. Certamente que os moradores desta freguesia são conhecedores dos muitos problemas que têm existido com a empresa, de modo a esta cumprir com todas as obrigações que tinha neste território. Está prestes a iniciar-se com a Pelicano este último dossiê: execução do eixo Norte / Sul. A obra da S.I.M. (Sociedade de Instrução Musical) em Quinta do Anjo era outra das obras que estava abrangida pelo protocolo. Considera que é injusto afirmar que a Pelicano não cumpriu com tudo. A Câmara Municipal aceitou que a Pelicano tivesse feito um investimento maior, por exemplo, no caso concreto da escola. A seguir veio a obra do Centro Social de Quinta do Anjo que se cifrou num maior custo do que aquele que estava inicialmente estimado. E, na verdade, a Câmara Municipal validou estas opções.

Relativamente ao troço da variante, a **Sr.ª presidente** refere que atendendo a tudo o que tem vindo a acontecer com a Pelicano permite concluir que vai haver um problema na concretização deste compromisso. A Autarquia vai continuar a insistir na regularização desta situação. Quer deixar claro que o problema da variante à E.N. 379 não se resolve com a execução deste troço que acontece apenas nos limites da propriedade que são da Pelicano. Quando se fala na reivindicação da obra para efeitos de inclusão em PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) é porque a execução das variantes às Estradas Nacionais são da responsabilidade das Estradas de Portugal (E.P.) e têm de ser incluídas em PIDDAC ou no Plano Rodoviário Nacional.

— *Resposta à intervenção da Sr.ª Maria Lúcia (1.)* – A **Sr.ª presidente** menciona que o espaço à saída de Quinta do Anjo, a que a Sr.ª Maria Lúcia se refere, foi de facto licenciado para uma superfície comercial. Explica que esta superfície comercial estava a ser negociada com uma loja de Pingo Doce. Entretanto havia uma condição que foi desde sempre imposta pela E.P. que era a de a entrada para aquela superfície não se fizesse com atravessamentos na E.N.. Perante esta situação a cadeia Pingo Doce considerou que não tinha condições de rentabilidade suficientes para abrir a loja. Os promotores da

superfície comercial em causa estão a negociar com outras cadeias alimentares a exploração da mesma.

A Sr.ª presidente volta a dar a palavra ao Público.

5. Sr. Gaspar Santos:

Saúda o executivo camarário e público em geral.

Relativamente à execução do troço da variante tem a apresentar a seguinte questão: a variante é fundamental para os quintajenses, assim como para outras populações vizinhas. Pergunta porque razão não se faz o que está protocolado: a Câmara Municipal disponibiliza os terrenos e coloca-se uma placa em Quinta do Anjo a indicar o caminho para a Autoeuropa, sendo que a Pelicano deve cumprir com o que é da sua responsabilidade. Estão a adiar-se obras que constam de um protocolo aprovado e que já deviam estar concluídas desde 2004. Estas obras fazem falta à população. Os compromissos constantes no protocolo foram promessas feitas à população de Quinta do Anjo e, em certa medida, serviram para “calar” o povo de Quinta do Anjo face à forma como “aqueles” empreendimentos foram aprovados.

6. Sr.ª Maria João Faria:

Cumprimenta todos os presentes.

Menciona que a Rua dos Farias, em Pinhal Novo, até ao meio está alcatroada e a parte restante está em terra batida. Os moradores nesta rua continuam à espera do saneamento e do alcatroamento da mesma. Gostaria de saber se a Câmara Municipal prevê alguma intervenção para esta rua.

7. Sr. Nuno Ferreira:

Dá as boas noites aos presentes.

Vários são os assuntos que tem a apresentar e enumera-os:

. Numa reunião tida com o Sr. vereador José Charneira foi-lhe dito que os assuntos pendentes, relativamente a Cabanas, estavam pendentes da aprovação do Plano de Urbanização (P.U.) de Cabanas. Qual é a previsão para este documento estar aprovado?

. Em entrevistas dadas pela Sr.ª presidente e Srs. vereadores tem ouvido os mesmos opinar que o P.U. de Cabanas não deve ser alargado e deve ser convergente o máximo

possível no centro das localidades, para que seja mais fácil realizar as infra-estruturas. Nas Cabanas existem imensos enclaves, isto é: junto à Avenida Visconde Tojal está definida uma zona de alta edificação, mais abaixo uma zona de baixa edificação e no meio ficam zonas com baixa edificação. Não compreende como é que tal acontece.

. Em relação ao Plano Director Municipal (P.D.M.) de Palmela, gostava de saber se há possibilidade de o cidadão comum ter direito a consultar as alterações previstas ao mesmo quer ao nível do urbanismo, da Reserva Ecológica Nacional (R.E.N.) e da Reserva Agrícola Nacional (R.A.N.).

. Os proprietários dos terrenos junto à auto-estrada foram expropriados para permitir o alargamento da auto-estrada. Não tiveram a menor hipótese: ou aceitavam o valor da expropriação, ou passados 20 anos aceitavam valores ridículos que a Brisa propôs. Entretanto, foi-lhe apresentada uma proposta muito vantajosa: a construção da estação de betonagem dentro do terreno que pertence à sua família. Passados 3 meses, a Câmara Municipal indeferiu o pedido para a instalação da estação de betonagem. Consegue até compreender e aceitar a justificação que lhe deram e que foi a de estação de betonagem estar dentro do perímetro de segurança dos furos de Quinta do Anjo. É evidente que é preciso preservar a qualidade da água. O que é certo é que possui um terreno com 7 hectares que há uns anos atrás não tinha limitações e agora vem a saber que o mesmo está dentro do perímetro de segurança dos furos. Questiona sobre se não lhe devia ter sido dado conhecimento aos proprietários dos terrenos que a execução dos furos de captação de água iria criar condicionalismos nos seus terrenos e nas propriedades de outras pessoas para benefício de terceiros.

. Hoje em dia ser agricultor significa ficar pobre lentamente. No Pinhal Novo existem 7 ou 8 superfícies comerciais e em Palmela já existem uma série delas. Para o agricultor conseguir escoar o produto tem de o vender às grandes superfícies (quem pagam passados 3 meses) e nem sequer é o agricultor a fazer o preço da venda do seu produto.

. Na Rua 25 de Abril, em Pinhal Novo (junto ao cruzamento da escola) existe uma passadeira a 2 ou 3 metros do cruzamento. Na altura das festas foi por um milagre que não ficaram atropeladas duas crianças. As viaturas que vêm do Poceirão entram ali a alta velocidade e qualquer dia pode haver uma tragédia.

Finaliza dizendo que dá os parabéns à Câmara Municipal por aquilo que tem sido feito no concelho de Palmela em relação ao ensino e às crianças. Opina que tem sido um trabalho muito meritório.

8. Sr. Francisco Vale de Sousa:

Saúda a Sr.^a presidente, Srs. vereadores e público presente.

Menciona que é proprietário de uma garagem na Rua Severino que faz cruzamento com a Rua 5 de Outubro. Quando chove fica com água pelos joelhos. Já expôs esta questão ao Sr. presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e ele pode confirmar o que acaba de referir. Atendendo às obras na Rua 5 de Outubro o estado da sua garagem poderá ficar ainda pior.

Expõe que em tempos tentou passar na urbanização Palmela Village, mas foi impedido por um guarda. Não devia haver um tratamento para permitir a passagem das pessoas?

Relativamente às intervenções do Público foram dadas as seguintes respostas:

— *Resposta à intervenção do Sr. Francisco Vale de Sousa (8.)* – A **Sr.^a presidente** refere que o Sr. presidente da Junta de Freguesia alertou o executivo camarário para este assunto, mas ainda não existe uma avaliação feita. Os técnicos da Câmara Municipal têm de ir ver exactamente qual é a situação para decidir qual a solução a adoptar.

Em relação ao atravessamento pela urbanização Palmela Village, a **Sr.^a presidente** refere que é do seu conhecimento que este assunto foi de grande discórdia. Esta questão tem vindo a ser sistematicamente colocada à empresa Pelicano no sentido de as pessoas terem o direito de atravessar a urbanização.

— *Resposta à intervenção do Sr. Nuno Ferreira (7.)* – A **Sr.^a presidente** menciona que se bem conhece os problemas que o Sr. Nuno Ferreira apresenta as questões ao nível do P.U. de Cabanas não são as mais importantes. Existe um desenho de ocupação e uma proposta de densidades para o concelho que não se acentua nem se concentra mais na zona de Cabanas. Tratam-se de zonas sensíveis, quer pela proximidade da serra, quer pela proximidade de terrenos que têm outras classificações. O P.U. de Cabanas tem vindo a ser elaborado simultaneamente com a revisão do P.D.M.. O P.U. de Cabanas pode ser consultado nos serviços camarários. Já foram realizados alguns debates públicos. Na posse de um desenho final a Câmara Municipal realizará um novo debate público. A previsão aponta para que até ao final de 2010 a revisão ao P.D.M. esteja concluída.

A questão da passadeira que o Sr. Nuno Ferreira referiu pode, eventualmente, vir a ser sinalizada de outra maneira, mas na proximidade da escola terá sempre de existir uma passadeira para passagem de peões.

Em relação à sua apreciação quanto à questão da agricultura e apesar de reconhecer a pertinência e a razão da questão que coloca, a **Sr.ª presidente** expressa que Palmela é um concelho muito grande onde as áreas urbanas, industriais e todas as áreas ocupadas com algum tipo de edificação são apenas uma parte pequena de todo o território. Existe uma parte muito significativa do território ocupada com a exploração agrícola. Não está de maneira nenhuma a afirmar que as condições são vantajosas para os agricultores. Existem políticas de dimensão nacional e internacional que transcendem a Câmara Municipal. Considera que as pessoas desta terra (agricultores e cidadãos) devem defender a agricultura, porque ela tem valores absolutamente intrínsecos, quer do ponto de vista do ordenamento do território, da sua sustentabilidade, quer por ser um território ambientalmente mais saudável. O território que tem agricultura é forçosamente um território mais rico, porque é menos dependente. Provavelmente a outros níveis será necessário exigir outras políticas que apoiem os agricultores.

Quanto à questão do terreno do Sr. Nuno Ferreira, a **Sr.ª presidente** finaliza dizendo que o projecto para a estação de betonagem foi indeferido.

— *Resposta à intervenção da Sr.ª Maria João Faria (6.)* – A **Sr.ª presidente** refere que fica registada a intervenção da Sr.ª Maria João Faria. Acrescenta que no momento presente não existe nenhuma previsão para a Câmara Municipal intervir na Rua dos Farias.

— *Resposta à intervenção do Sr. Gaspar Santos (5.)* – A **Sr.ª presidente** refere que o Sr. Gaspar Santos não percebeu a explicação que ela deu relativamente à execução da variante. A E.P. (Estradas de Portugal) e o Estado são os interlocutores perante quem os cidadãos devem exigir a execução da variante à E.N. 379. Julga que o Sr. Gaspar Santos está a querer lançar uma confusão que não tem razão de ser. O que tem a mencionar a propósito deste assunto é o seguinte: é oportuno e interessante poder utilizar um compromisso que foi assumido por um privado (que ainda não foi cumprido e que este Município continua a reclamar junto do privado o seu cumprimento). Parece útil e interessante utilizar esse contributo executar uma primeira parte de uma obra que é muito importante. É necessário calendarizar o conjunto das obras que têm de ser assumidas pela E.P.. A Câmara Municipal de Palmela faz de interlocutor exigindo a cada uma das partes que cumpra a sua obrigação.

VI – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e vinte minutos do dia dezoito de Junho de dois mil e nove, a **Sr.^a presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que eu, *José Manuel Monteiro*, director do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

A presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O director do Departamento

José Manuel Monteiro